



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Chapada do Piauí II Holding S.A.

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Sumário

Relatório de Administração	
Relatório de auditoria sobre às demonstrações financeiras, consolidadas e individuais	

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais	1
Demonstrações do resultado	2
Demonstrações do resultado abrangente	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa	5

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Informações gerais	6
2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9
3 Gestão de risco	12
4 Instrumentos financeiros por categoria	19
5 Caixa e equivalentes de caixa e conta corrente restrita	21
6 Aplicações Financeiras Vinculadas às Dívidas	22
7 Contas a receber	23
8 Contas a receber e a pagar a partes relacionadas	24
9 Tributos a recuperar	26
10 Estoques	27
11 Tributos diferidos	27
12 Investimentos	28
13 Imobilizado	30
14 Intangível	32
15 Fornecedores	32
16 Financiamento	33
17 Tributos e obrigações trabalhistas	36
18 Provisões	36
19 Liminar excludente de responsabilidade	42
20 Patrimônio líquido	43
21 Receita líquida de vendas	43
22 Custo do serviço de energia elétrica	44
23 Despesas gerais e administrativas e outros ganhos e (perdas), líquidos	45
24 Resultado financeiro	45
25 Imposto de renda e contribuição social	46
26 Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído atribuível por ação	47
27 Compromissos	48
28 Atividade de investimento não envolvendo caixa	48
29 Cobertura de seguros	49
30 Eventos subsequentes	49

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Chapada do Piauí II Holding S.A. ("Controladora", "Companhia" ou "Chapada II") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia

A Chapada II é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica e tem como investimento as sociedades Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana I"), Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana III"), Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana IV"), Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana V"), Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana VII") e Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Augusto IV").

Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

Responsabilidade ambiental e social

A Chapada II trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a Chapada II, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025.

A Administração.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Chapada do Piauí II Holding S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Chapada do Piauí II Holding S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Chapada do Piauí II Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de Abril de 2025, que não conteve modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	110.884	91.767	114.022	96.046	Fornecedores	15	615	28	4.760	10.223
Conta corrente restrita	5	7.787	-	9.962	2.965	Financiamento	16	40.891	40.262	40.891	40.262
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	1.315	-	Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	-	3.082	4.206
Contas a receber	7	-	-	23.877	23.446	Tributos a pagar	17	198	8.635	1.872	14.372
Contas a receber de partes relacionadas	8	100.206	96.986	1.232	-	IRPJ e CSLL corrente		3.523	-	5.549	-
Tributos a recuperar	9	3.297	5.152	8.621	10.377	Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	136.491	131.167
IRPJ e CSLL a recuperar		2.163	-	2.163	-	Liminar excludente de responsabilidade	19	-	-	27.429	26.711
Despesas antecipadas		415	318	415	2.143	Outras contas a pagar		-	-	4	-
Estoques	10	-	-	2.310	3.503	Total do passivo circulante		45.227	48.925	220.078	226.941
Outras contas a receber		-	-	76	888						
Total do ativo circulante		224.752	194.223	163.993	139.368	Não circulante					
						Financiamento	16	220.927	253.995	220.927	253.995
Não circulante						Tributos diferidos	11	-	-	64	-
Realizável a longo prazo						Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	42.880	20.893
Tributos a recuperar	9	-	-	1.565	763	Provisão para desmobilização	18 (b)	-	-	7.182	6.050
Contas a receber de partes relacionadas	8	84.350	159.228	-	-	Provisão para causas judiciais	18 (c)	-	-	978	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	25.630	31.309	25.630	31.309	Total do passivo não circulante		220.927	253.995	272.031	280.938
Depósitos judiciais	18 (c)	-	-	348	118						
Tributos diferidos	11	-	-	5.525	4.683	Total do passivo		266.154	302.920	492.109	507.879
Despesas antecipadas		271	-	271	-						
		110.251	190.537	33.339	36.873	Patrimônio líquido					
						Capital social	20	538.617	538.617	538.617	538.617
Investimentos	12	324.920	298.362	-	-	Prejuízos acumulados		(144.848)	(158.415)	(144.848)	(158.415)
Imobilizado	13	-	-	686.972	710.087	Total do patrimônio líquido		393.769	380.202	393.769	380.202
Intangível	14	-	-	1.574	1.753						
Total do ativo não circulante		435.171	488.899	721.885	748.713	Total do passivo e Patrimônio líquido		659.923	683.122	885.878	888.081
Total do ativo		659.923	683.122	885.878	888.081						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	21	-	-	148.305	144.164
Custo de venda de energia elétrica	22	-	-	(83.996)	(77.529)
Lucro bruto		-	-	64.309	66.635
Despesas gerais e administrativas	23	(206)	(370)	(4.961)	(10.843)
Outros ganhos (perdas), líquidos		-	-	(12.963)	(15.865)
Resultado com participações societárias	12	6.459	(25.432)	-	-
Lucro (prejuízo) operacional		6.253	(25.802)	46.385	39.927
Receitas financeiras		43.906	60.560	15.310	6.225
Despesas financeiras		(33.000)	(33.010)	(39.706)	(39.143)
Resultado financeiro	24	10.906	27.550	(24.396)	(32.918)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		17.159	1.748	21.989	7.009
Imposto de renda e contribuição social	25	(3.592)	(8.153)	(8.422)	(13.414)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		13.567	(6.405)	13.567	(6.405)
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$				0,03	(0,01)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	13.567	(6.405)	13.567	(6.405)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	13.567	(6.405)	13.567	(6.405)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2024		458.617	(152.010)	306.607
Aumento de capital	20	80.000	-	80.000
Prejuízo do exercício		-	(6.405)	(6.405)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		538.617	(158.415)	380.202
Lucro líquido do exercício		-	13.567	13.567
Saldos em 31 de dezembro de 2025		538.617	(144.848)	393.769

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		17.159	1.748	21.989	7.009
Ajustes de receitas e despesas					
Amortização e depreciação	22 e 23	-	-	37.540	36.052
Baixa de ativo imobilizado	23	-	-	14.358	16.574
Resultado com participações societárias	12	(6.459)	25.432	-	-
Receita de aplicações financeiras vinculadas às dívidas		(3.445)	-	(3.445)	-
Atualização financeira de liminar excludente de responsabilidade	24	-	-	718	1.870
Atualização financeira de provisão de desmobilização	24	-	-	687	638
Provisão e atualização financeira de ressarcimento		-	-	40.771	34.722
Provisão para contingência e atualizações		-	-	978	-
Juros, variações monetárias e amortização de custo – financiamento	24	29.594	28.141	29.594	28.141
Juros partes relacionadas	24	(29.593)	(56.683)	-	-
Variações nos ativos operacionais					
Contas a receber		-	-	(431)	(20.447)
Contas a receber de partes relacionadas		1	-	(1.232)	2.905
Tributos a recuperar		(308)	(3.867)	(2.051)	(3.752)
Estoques		-	-	1.193	(78)
Despesas antecipadas		(368)	735	1.457	1.069
Depósitos judiciais		-	-	(230)	(8)
Outras contas a receber		-	-	812	419
Variações nos passivos operacionais					
Fornecedores		587	20	2.090	(2.577)
Contas a pagar a partes relacionadas		-	(216)	(1.124)	-
Tributos e obrigações trabalhistas		(3.265)	4.400	(4.242)	5.901
Provisão de ressarcimento		-	-	(13.460)	(34.987)
Outras contas a pagar		-	-	4	-
Caixa gerado pelas operações		3.903	(290)	125.976	73.451
Juros pagos de financiamento	16	(22.280)	(25.239)	(22.280)	(25.239)
Partes relacionadas - recebimento de juros cessão de recebíveis		29.593	56.683	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.241)	(3.949)	(11.067)	(6.251)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		5.975	27.205	92.629	41.961
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Investimentos em controladas	12	(20.099)	(47.900)	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(35.712)	(64.232)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(20.099)	(47.900)	(35.712)	(64.232)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas		7.196	(11.553)	5.881	(11.553)
Resgates de aplicações financeiras vinculadas às dívidas		1.928	-	1.928	-
Conta corrente restrita		(7.787)	-	(6.997)	(2.965)
Pagamento de financiamento	16	(39.753)	(39.099)	(39.753)	(39.099)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas		-	80.000	-	80.000
Partes relacionadas - pagamento principal mútuo		-	-	-	-
Partes relacionadas - recebimento de cessão de recebíveis		71.657	31.233	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		33.241	60.581	(38.941)	26.383
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		19.117	39.886	17.976	4.112
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		91.767	51.881	96.046	91.934
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		110.884	91.767	114.022	96.046

As transações das atividades de investimento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 27.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Chapada do Piauí II Holding S.A. ("Controladora", "Companhia" ou "Chapada II"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, 4º andar, Jardim Europa, tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica.

A Companhia é controlada pela Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca") que detém 100% das ações da Companhia. Em última instância a Companhia é controlada pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria").

1.2 Participações societárias

A Companhia detém 100% de participação nas Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") listadas abaixo, cuja atividade principal é a geração de energia eólica. Ao longo destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são referidas conjuntamente como "Grupo".

Controladas	Sede
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana I")	Caldeirão Grande, Marcolândia - PI
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana III")	Caldeirão Grande - PI
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana IV")	Marcelândia - PI
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana V")	Caldeirão Grande, Marcolândia - PI
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana VII")	Caldeirão Grande - PI
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana IV")	Caldeirão Grande - PI

Os percentuais de participação societária permanecem inalterados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

1.3 Outorgas de geração

O Grupo possui outorgas de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo.

SPE	Portaria MME	Término das outorgas	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada MWh/Ano
Santa Joana I	Portaria nº 272, de 09 de junho de 2014	Junho de 2049	28,90	131.400
Santa Joana III	Portaria nº 271, de 09 de junho de 2014	Junho de 2049	29,60	117.384
Santa Joana IV	Portaria nº 221, de 28 de maio de 2014	Maio de 2049	27,20	124.392
Santa Joana V	Portaria nº 238, de 30 de maio de 2014	Maio de 2049	28,90	123.516
Santa Joana VII	Portaria nº 275, de 11 de junho de 2014	Junho de 2049	28,90	130.524
Santo Augusto IV	Portaria nº 274, de 11 de junho de 2014	Junho de 2049	28,90	135.780
Total			172,40	762.996

1.4 Contratos de energia

Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”)

As companhias Santa Joana I, Santa Joana III, Santa Joana IV, Santa Joana V, Santa Joana VII, e Santo Augusto IV, conjuntamente denominadas “SPEs Chapada II” firmaram Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 empresas distribuidoras de energia elétrica no 17º Leilão de Energia Nova promovido em 18 de novembro de 2013.

Pelos contratos em questão, as SPEs da Companhia comprometem-se a vender a totalidade de sua energia gerada às distribuidoras, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de janeiro de 2016 ao preço médio de R\$ 132,56 por megawatt-hora (“MWh”), a serem atualizados anualmente pelo IPCA, sendo o preço médio dos CCEARs em 31 de dezembro de 2025 igual a R\$ 248,14 por MWh.

Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada no 1º ano, 90% a 120% no 2º ano, 90% a 110% no 3º ano e 90% a 100% no 4º ano, e apurada ao final de cada ano. Ao final de cada quadriênio apura-se a entrega de ao menos 100% do volume contratado para o período. Nesses casos, os desvios superiores ou inferiores entre os volumes de energia contratados e aqueles efetivamente gerados são reconhecidos no Ativo ou Passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de penalidades ou bônus sobre o MWh a ser entregue.

Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas em 12 parcelas pelo ressarcimento anual e/ou quadriênio, sendo que o segundo quadriênio se encerrou em 31 de dezembro de 2023 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027.

Os contratos de *Power Purchase Agreement* (“PPA”) supracitados possuem as seguintes características:

Eólica	Volume PPA MWh/Ano	Início	Término
Santa Joana I	128.772	jan/16	dez/35
Santa Joana III	117.384	jan/16	dez/35
Santa Joana IV	124.392	jan/16	dez/35
Santa Joana V	123.516	jan/16	dez/35
Santa Joana VII	129.648	jan/16	dez/35
Santo Augusto IV	134.904	jan/16	dez/35
	758.616		

1.5 Contas de ressarcimentos

A conta de ressarcimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE reflete as diferenças entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, quando ultrapassados os limites de tolerância regulatórios, resultando no reconhecimento, por estimativa, de ativos ou passivos contratuais. A administração entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Os eventos de *curtailment*, caracterizados por restrições de geração determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, afetam diretamente a capacidade de entrega de energia do Grupo. Tais eventos tornaram-se mais frequentes no Brasil a partir de agosto de 2023, quando ocorreu um apagão nacional afetando 25 estados e o Distrito Federal, interrompendo cerca de 31% da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Em 24 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, que estabeleceu disposições específicas para o tratamento dos cortes de geração e instituiu mecanismos administrativos para eventual compensação parcial dos impactos retroativos, condicionados à apuração pelo ONS, cálculo pela CCEE e à formalização de termo de compromisso com o poder concedente.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, o Grupo não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras consolidadas de 2025, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises.

(a) Ressarcimento

Ressarcimento anual: Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo entre o preço contratual vigente e o preço de liquidação das diferenças ("PLD") médio do ano na região Nordeste, sobre o montante em MWh que for inferior aos 90% da energia contratada. Caso a energia fornecida seja maior que os limites máximos anuais (130% no primeiro, 120% no segundo, 110% no terceiro e 100% no quarto ano) da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação do PLD da região Nordeste sobre o montante em MWh que extrapolar os limites estabelecidos para cada ano. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 90%, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas.

Ressarcimento quadriênial: Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo valor entre o preço contratual vigente ajustado por um valor de penalidade de 6%, ou o PLD médio do quadriênio na região Nordeste sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação do PLD no Nordeste sobre o montante em MWh. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 100% do volume contratado para o período, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelo Grupo. O segundo quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2023 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027.

1.6 Principais eventos ocorridos no exercício de 2025

(a) Integralização de capital em Controlada

Em 2025, foram realizados aumentos de capital nas controladas da Companhia conforme segue abaixo:

Controladas	R\$
Ventos de Santa Joana I	1.905
Ventos de Santa Joana III	1.800
Ventos de Santa Joana IV	8.475
Ventos de Santa Joana V	1.669
Ventos de Santa Joana VII	5.050
Ventos de Santo Augusto IV	1.200
Total	20.099

(b) Suspensão dos pagamentos dos ressarcimentos

Em 2025, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), o Grupo pagou o valor de R\$ 13.460, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CCEAR e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica.

1.7 Situação financeira

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	224.752	194.223	163.992	139.368
Total do passivo circulante	(45.227)	(48.925)	(220.077)	(226.941)
Capital circulante líquido	179.525	145.298	(56.085)	(87.573)

O Capital Circulante Líquido (CCL) da Companhia, que representa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentou, em 31 de dezembro de 2025, valor positivo de R\$ 179.525 na controladora (comparado a R\$ 145.298 positivo em 31 de dezembro de 2024) e negativo de R\$ 56.085 no consolidado (comparado a R\$ 87.573 negativo em 31 de dezembro de 2024).

O CCL negativo decorre, substancialmente, do reconhecimento contábil da provisão de ressarcimento. Embora represente valores relevantes no passivo circulante, sua liquidação está contratualmente condicionada aos mecanismos previstos nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), não configurando exigibilidade imediata e integral.

Nos termos dos CCEAR, os ressarcimentos anuais e quadriennais são deduzidos do faturamento mensal da Companhia, estando sua execução limitada ao montante da receita bruta auferida no período. Dessa forma, a liquidação ocorre de maneira parcelada e condicionada ao faturamento mensal da Companhia, conforme previsto contratualmente, sendo realizada sucessivamente até a quitação integral dos valores devidos. Considerando a elevada previsibilidade do faturamento decorrente dos CCEAR, a Administração entende que o mecanismo contratual reduz o risco de pressão imediata sobre o fluxo de caixa.

A Administração monitora continuamente a posição de caixa e as projeções de fluxo de caixa para os próximos 12 meses e concluiu que a Companhia dispõe de liquidez suficiente para honrar integralmente suas obrigações de curto prazo e manter a continuidade de suas operações, por meio de recursos gerados pelas atividades operacionais ou, se necessário, por aportes de capital dos acionistas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Base de elaboração e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de o Grupo dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 24.04.2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.3 Adoção de normas contábeis – Novas e revisadas

Revisadas e vigentes

<u>Novas normas ou alterações</u>	<u>Alterações</u>	<u>Vigência</u>
CPC 02 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2025

A Administração do Grupo avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Revisadas e não vigentes

<u>Normas</u>	<u>Alterações</u>	<u>Vigência</u>
CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01.01.2026
CPC 48 Instrumentos Financeiros	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais	01.01.2026
CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027

A Administração do Grupo adotará essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.6 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação do Grupo é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.7 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 13 – Imobilizado, depreciação: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de depreciação;

Nota explicativa 14 - Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização;

Nota explicativa 18 (a) - Provisão de ressarcimento sobre a receita: Os saldos são avaliados e sujeitos a estimativas e premissas relacionada ao contrato de venda de energia proveniente de energia de reserva. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada conforme cada ano contratual.

Nota explicativa 18 (b) - Provisão para desmobilização: Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente;

Nota explicativa 18 (c) - Provisão para causas judiciais: O reconhecimento e a mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.

2.8 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que este deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da Controladora.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção devida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

3 Gestão de risco

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração do Grupo gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária e taxa de juros	Financiamento (TJLP)	Análise de sensibilidade	Acompanhar e fazer cenários de stress em cima da projeção de serviço da dívida.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
	caixa, contas a receber de clientes	Avaliação de crédito	
Risco de liquidez	Financiamento e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de suas atividades, prover retornos aos acionistas e gerar benefícios às demais partes interessadas.

O Grupo possui contrato de financiamento indexado à TJLP atrelado à variação do DI. Tal exposição a taxas variáveis representa um risco de fluxo de caixa para o Grupo. Com o intuito de gerir a liquidez em moeda funcional, a Administração monitora periodicamente sua exposição a esses indexadores e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco, considerando as perspectivas macroeconômicas.

Com base em variações razoavelmente possíveis nas taxas de juros, o Grupo mensura o impacto potencial no resultado. Essas análises de cenário são elaboradas para os passivos financeiros que representam as posições mais relevantes sujeitas a encargos.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos ou de *swap* de taxa de juros."

(ii) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI, TJLP, IPCA.

A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. A tabela mostra como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetadas pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração do Grupo: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos por meio de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%; (iii) com depreciação e apreciação de 50%.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



			Controladora				
			31/12/2025				
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,02%	6,07%
	TJLP		8,05%	6,04%	10,07%	4,03%	12,08%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	110.883	14.904	11.178	18.630	7.452	22.356
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas e Conta corrente restrita	CDI	33.417	4.492	3.369	5.614	2.246	6.737
Financiamento	TJLP	(262.857)	(21.170)	(15.878)	(26.463)	(10.585)	(31.755)
			Consolidado				
			31/12/2025				
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,02%	6,07%
	TJLP		8,05%	6,04%	10,07%	4,03%	12,08%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	113.922	15.312	11.484	19.140	7.656	22.968
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas e Conta corrente restrita	CDI	35.592	4.784	3.588	5.980	2.392	7.176
Financiamento	TJLP	(262.857)	(21.170)	(15.878)	(26.463)	(10.585)	(31.755)

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada pelo Grupo. Esse risco decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para mitigar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com múltiplos bancos, diversificando suas operações. Os investimentos relacionados a sobras de caixa só podem ser realizados em instituições ou fundos que apresentem patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo o mercado local.

Não foram ultrapassados limites de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera perdas decorrentes de inadimplência em seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired*, e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estava aplicada em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimentos de contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras firmados no âmbito dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os montantes a receber de energia de curto prazo são liquidados via CCEE, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é elaborada pelo departamento de Tesouraria, que monitora, por controlada, os níveis esperados de entradas e saídas de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade adequada de recursos para cada operação. A Tesouraria também acompanha as cláusulas contratuais do financiamento, bem como monitora o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, com o objetivo de evitar o descumprimento de limites e obrigações previstos nos documentos dessas operações.

Essa previsão considera, ainda, os planos de financiamento e refinanciamento da dívida do Grupo, o atendimento às cláusulas contratuais e, quando aplicável, exigências regulatórias, externas ou legais.

Os excedentes de caixa são aplicados pela Tesouraria em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), priorizando instrumentos com baixo risco, vencimentos compatíveis e liquidez diária, conforme as projeções mencionadas acima.

Na data-base, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$ 110.884 (R\$ 91.767 em 31 de dezembro de 2024) e, no consolidado, de R\$ 114.022 (R\$ 96.046 em 31 de dezembro de 2024). Esses saldos, com liquidez diária, podem ser prontamente acessados para fins de gestão do risco de liquidez, quando necessário.

	Controladora				
	Vencimentos (i)				
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total Geral
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	615	-	-	-	615
Financiamento	60.512	58.321	158.275	69.093	346.201
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	28	-	-	-	28
Financiamento	62.033	60.416	113.054	166.326	401.829

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Consolidado				
	Vencimentos (i)				
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total Geral
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	4.760	-	-	-	4.760
Financiamento	60.512	58.321	158.275	69.093	346.201
Contas a pagar a partes relacionadas	3.082	-	-	-	3.082
Liminar excludente de responsabilidade	27.429	-	-	-	27.429
Provisão de ressarcimento	136.491	1.197	41.683	-	179.371
Outras contas a pagar	4	-	-	-	4
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	10.223	-	-	-	10.223
Financiamento	62.033	60.416	113.054	166.326	401.829
Contas a pagar a partes relacionadas	4.206	-	-	-	4.206
Liminar excludente de responsabilidade	26.711	-	-	-	26.711
Provisão de ressarcimento	131.167	938	19.955	-	152.060

As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para financiamento.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, provisão de ressarcimento e partes relacionadas e liminar excludente de responsabilidade.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de seus negócios, visando prover retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital otimizada para reduzir o seu custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza ou propõe — conforme as alçadas de aprovação dos acionistas — a revisão da política de pagamento de dividendos, a restituição de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para, por exemplo, reduzir o nível de endividamento.

Condizentes com as práticas das companhias do setor, o Grupo monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, compreende o saldo total do financiamento, deduzido do montante de caixa e equivalentes de caixa, conta corrente restrita e das aplicações financeiras vinculadas a essas operações.

O capital total é calculado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do financiamento	16	261.818	294.257	261.818	294.257
(-) Caixa e equivalente de caixa	5	(110.884)	(91.767)	(114.022)	(96.046)
(-) Conta corrente restrita	5	(7.787)	-	(9.962)	(2.965)
(-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	6	-	(31.309)	(1.315)	(31.309)
Dívida líquida		143.147	171.181	136.519	163.937
Total do patrimônio líquido		393.769	380.202	393.769	380.202
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		536.916	551.383	530.288	544.139
Índice de alavancagem financeira - %		27%	31%	26%	30%

(i) Para o cálculo da dívida líquida em 31 de dezembro de 2025, apenas os itens (III) da nota 6 são deduzidos, pois são as contas que podem ser movimentadas a partir da rubrica de Aplicações financeiras vinculadas às dívidas.

3.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como as de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as operações do Grupo.

O risco de *curtailment* no setor de energia refere-se à limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), mesmo que haja recurso natural disponível para geração, causado por excesso de produção e/ou falta de demanda em determinados dias e horários de pico (sol forte, ventos intensos), congestionamento da rede de transmissão ou falhas em equipamento do sistema de transmissão.

Embora seja um risco inerente ao setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados, sobretudo na região Nordeste. Esse aumento foi motivado principalmente por restrições na infraestrutura de transmissão e por uma política operativa mais conservadora do ONS após o apagão ocorrido em 15 de agosto de 2023.

Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em renováveis, levando à busca por soluções estruturais, como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo, regulamentação de armazenamento e compensações financeiras, visando mitigar os impactos financeiros sobre os geradores, além de compensações financeiras aos geradores afetados

(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com conseqüente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

(d) Riscos de liquidação do financiamento e ressarcimentos

O Grupo não tem gerado energia em volume suficiente para atingir os montantes acordados em seus respectivos CCEAR, majoritariamente em razão das restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) aos geradores (*curtailment*). Conseqüentemente, observou-se o descumprimento de *covenants* nos complexos de Chapadas, decorrente do não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) definido nos contratos de financiamento com o BNDES (nota explicativa 16), desde a operacionalização dos projetos. Tal situação exigiu, anualmente, a aprovação de *waiver* por parte dos referidos credores.

Não obstante, o Grupo dispõe de caixa reforçado em decorrência dos aportes significativos realizados na Companhia, em setembro de 2024, no montante total de R\$ 80.000, em razão da aquisição dos ativos eólicos pelos novos acionistas.

Em 2025, a CCEE retomou os descontos dos valores da Conta Ressarcimento relativos aos CCEAR, referentes ao período de outubro de 2021 a outubro de 2022, cujo cronograma foi concluído em dezembro de 2025. O Grupo aguarda a divulgação de novo cronograma para as demais parcelas. O saldo estimado a ser descontado nos próximos 12 meses é de R\$ 136.491, o que deverá impactar de forma relevante os recebimentos provenientes de CCEAR.

(e) Risco de *impairment*

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não identificou indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos.

4 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados.

(e) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Não houve mudança na classificação dos ativos e passivos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	5	110.884	91.767	114.022	96.046
Conta corrente restrita	5	7.787	-	9.962	2.965
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	25.630	31.309	26.945	31.309
Contas a receber	7	-	-	23.877	23.446
Contas a receber de partes relacionadas	8	184.556	256.214	1.232	-
Outras contas a receber		-	-	75	888
Ao custo amortizado		328.857	379.290	176.113	154.654
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Financiamento	16	261.818	294.257	261.818	294.257
Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	-	3.082	4.206
Fornecedores	15	615	28	4.759	10.223
Provisão de ressarcimento		-	-	-	152.060
Liminar excludente de responsabilidade	19	-	-	27.429	26.711
Outras contas a pagar		-	-	4	-
Ao custo amortizado		262.433	294.285	297.092	487.457

O valor contábil do financiamento classificado no circulante aproxima-se de seu valor justo em função do curto prazo remanescente até o vencimento.

Para os instrumentos classificados no não circulante, a Administração entende que o valor contábil representa uma aproximação razoável do respectivo valor justo na data do balanço, considerando que são remunerados substancialmente por taxas pós-fixadas indexadas a indicadores econômicos e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Não foi elaborada estimativa específica de valor justo.

5 Caixa e equivalentes de caixa e conta corrente restrita

Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na controladora e nas investidas.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em banco e em caixa	1	-	100	176
Recursos em aplicações financeiras	110.883	91.767	113.922	95.870
	110.884	91.767	114.022	96.046

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI, remunerados a uma taxa de 97% do CDI com liquidez imediata (99% do CDI em 31 de dezembro 2024), com liquidez imediata.

Conta correte restrita

Contas correntes não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receber os recursos, com o objetivo de realizar o pagamento dos serviços da dívida decorrentes dos instrumentos de financiamento. O saldo dessas contas em 31 de dezembro de 2025 na controladora era de R\$ 7.787 (em 31 de dezembro de 2024 não havia saldo) e no consolidado era de R\$ 9.962 (R\$ 2.965 em 31 de dezembro de 2024).

6 Aplicações financeiras vinculadas às dívidas

As aplicações financeiras vinculadas são exigidas pelos contratos de financiamento são compostos pelas contas reservas mencionadas abaixo:

(i) Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES

Contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, constituídas em benefício do BNDES, para as quais são transferidos das contas centralizadoras, até o último dia da carência, os valores necessários para perfazerem os saldos correspondentes a 3 (três) vezes os valores das últimas prestações vencidas dos serviços das dívidas.

(ii) Conta Reserva de O&M

Contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, cujos saldos devem perfazer os montantes equivalentes a $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos valores anuais de pagamentos de cada uma das SPEs em decorrência dos respectivos contratos de O&M, devendo providenciar-se, a cada 31 de dezembro, para que os saldos correspondam a $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos valores de pagamentos previstos para o ano subsequente.

(iii) Conta Centralizadora

Em 31 de dezembro de 2025 refere-se à aplicação financeira de titularidade das controladas, constituídas exclusivamente para receberem os recursos derivados dos contratos de cessão de recebíveis, por qualquer meio legal e contabilmente permitido, com o intuito de realizar o pagamento do serviço da dívida da controladora decorrente do instrumento de financiamento com BNDES.

Em 31 de dezembro de 2024 refere-se à Contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receberem os recursos derivados dos contratos de cessão de recebíveis, bem como os recursos de qualquer transferência de valor realizado pelas SPEs às suas respectivas holdings, por qualquer meio legal e contabilmente permitido, com o intuito de realizar o pagamento dos serviços das dívidas decorrentes dos instrumentos de financiamento.

Os montantes das contas supracitadas são aplicados em fundos de investimentos pelo banco administrador.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Conta Centralizadora	-	-	1.315	-
	-	-	1.315	-
Não circulante				
Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES	20.253	18.046	20.253	18.046
Conta Reserva de O&M	5.377	6.067	5.377	6.067
Conta Centralizadora	-	7.196	-	7.196
	25.630	31.309	25.630	31.309
	25.630	31.309	26.945	31.309

7 Contas a receber

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

O Grupo avaliou seus históricos de recebimentos do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	23.877	23.491
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-	(45)
	23.877	23.446

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	23.877	23.446
Vencidos há mais de 360 dias	-	45
	23.877	23.491

8 Contas a receber e a pagar a partes relacionadas

Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos e despesas, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações.

Composição

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Ventos de Santa Joana I	17.395	25.421	16.687	37.752
Ventos de Santa Joana III	15.789	10.650	15.227	21.315
Ventos de Santa Joana IV	15.899	8.015	15.874	21.091
Ventos de Santa Joana V	17.285	9.627	16.632	22.765
Ventos de Santa Joana VII	17.401	17.189	16.421	30.330
Ventos de Santo Augusto IV	16.437	13.448	16.145	25.975
Natureza - cessão de recebíveis	100.206	84.350	96.986	159.228
Total	100.206	84.350	96.986	159.228

	Consolidado		
	31/12/2025		31/12/2024
Empresas	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo circulante
Chapada Branca	-	632	1.559
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.	-	10	-
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	-	181	153
Natureza - custos e despesas compartilhados	-	823	1.712
Invenergy Serviços Brasil Ltda.	1.232	-	-
Natureza - outras contas a receber	1.232	-	-
Invenergy Serviços Brasil Ltda.	-	2.259	2.494
Natureza - fornecedores	-	2.259	2.494
Total	1.232	3.082	4.206

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Impacto no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Resultado		Resultado	
Ventos de Santa Joana I	6.288	10.417	-	-
Ventos de Santa Joana III	4.221	6.024	-	-
Ventos de Santa Joana IV	4.270	9.987	-	-
Ventos de Santa Joana V	4.550	10.849	-	-
Ventos de Santa Joana VII	5.400	11.525	-	-
Ventos de Santo Augusto IV	4.864	7.881	-	-
Natureza - custo cessão de recebíveis	29.593	56.683	-	-
Chapada Branca	-	-	(5.891)	(4.476)
Natureza - custos e despesas compartilhados	-	-	(5.891)	(4.476)

Cessão de recebíveis

Para viabilizar a implantação do parque eólico, a Companhia obteve junto ao BNDES financiamento e aportou os recursos nas Controladas através do contrato de Cessão de Recebíveis, que assegura o fluxo de recursos do financiamento junto ao BNDES. Em 31 de dezembro 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios (cessão de recebíveis) com suas controladas, com vencimento em 2032.

O contrato de cessão de recebíveis foi celebrado entre a Companhia e suas controladas no dia 30 de outubro de 2015.

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro 2025, o Grupo mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber:

(i) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas

As subsidiárias das controladas da Companhia mantêm contratos de compartilhamento de custos e despesas. Esses contratos têm por objeto o rateio, entre as empresas, dos custos e despesas incorridos na administração, operação e manutenção das usinas, desde que tais gastos gerem benefícios para as partes envolvidas.

(ii) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo - SP

A controladora da Companhia Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato de compartilhamento de despesas com suas subsidiárias, com o objetivo de compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, gerais e administrativas. Essas despesas são repassadas com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes.

(iv) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal - RN

Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a controladora Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração ("COG") em Natal - RN, com suas subsidiárias.

O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas, Asa Branca e Essentia PCHs nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Fornecedores

O saldo de fornecedores compreende os passivos constituídos em virtude dos contratos de operação e manutenção dos parques geradores. Os serviços atrelados a estes contratos foram prestados por entidades vinculadas ao grupo do acionista minoritário da controladora da Companhia Chapada Branca.

Outras contas a receber

O saldo de outras contas a receber decorre do mecanismo de garantia de disponibilidade previsto no contrato de operação e manutenção. Quando a disponibilidade dos parques fica abaixo do nível garantido, a prestadora de serviços deve pagar valores compensatórios à Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, não houve valores de remuneração atribuídos ao pessoal-chave da Administração, uma vez que as despesas relacionadas passaram a ser centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. O montante total, incluindo encargos e benefícios, corresponde a R\$ 9.078. Em 31 de dezembro de 2024, o valor pago a título de remuneração ao pessoal-chave da Administração foi de R\$ 112.

9 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	-	-	4.982	4.788
PIS/COFINS	1	-	1	-
IRPJ / CSLL	-	3.938	-	3.938
IRRF sobre aplicações financeiras	3.275	1.206	3.276	1.206
IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IRRF retido na fonte	-	8	-	445
Outros tributos a recuperar	21	-	362	-
	3.297	5.152	8.621	10.377
Não circulante				
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	-	-	1.565	763
	-	-	1.565	763
	3.297	5.152	10.186	11.140

(i) PIS, COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos.

10 Estoques

Política contábil

Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas.

Os estoques são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição e, posteriormente, mensurados com base no custo médio. Quando ocorre a baixa de itens destinados à manutenção das usinas, esses itens são baixados pelo custo médio, com contrapartida registrada na rubrica de custos de manutenção no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de estoques é de R\$ 2.310 (R\$ 3.503 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.

11 Tributos diferidos

Política contábil

Os tributos diferidos ativos são constituídos com base nas diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, decorrentes dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada pelas controladas da Companhia, uma vez que o reconhecimento contábil ocorre por competência, enquanto a apuração fiscal ocorre por caixa, no momento da sua liquidação financeira, considera as alíquotas aplicáveis sob o regime de tributação do lucro presumido. A expectativa de realização desses montantes está alinhada aos ciclos de liquidação anuais e quadrienais dos ressarcimentos previstos nos contratos de comercialização de energia.

Os tributos diferidos passivos são referentes ao imposto de renda e contribuição social que foram constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento		
IRPJ e CSLL	4.204	4.040
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	4.204	4.040
IRPJ e CSLL	1.321	643
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	1.321	643
	5.525	4.683

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de tributos diferidos passivos consolidado é de R\$ 64.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



12 Investimentos

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, as controladas são consolidadas integralmente.

Composição e movimentação do investimento

	Nota	Ventos de Santa Joana I	Ventos de Santa Joana III	Ventos de Santa Joana IV	Ventos de Santa Joana V	Ventos de Santa Joana VII	Ventos de Santo Augusto IV	Total do investimento
Participação acionária		100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024		33.913	37.076	49.708	62.504	50.826	41.867	275.894
Equivalência patrimonial		(3.024)	(1.957)	(5.711)	(6.248)	(5.729)	(2.763)	(25.432)
Aumento de capital		5.600	-	15.800	7.600	7.900	11.000	47.900
Saldo em 31 de dezembro de 2024		36.489	35.119	59.797	63.856	52.997	50.104	298.362
Equivalência patrimonial		577	939	(2.410)	4.226	1.801	1.326	6.459
Aumento de capital	1.6 (a)	1.905	1.800	8.475	1.669	5.050	1.200	20.099
Saldo em 31 de dezembro de 2025		38.971	37.858	65.862	69.751	59.848	52.630	324.920

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Resumo das informações financeiras das controladas

	31/12/2025					
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Demonstração do resultado
Ventos de Santa Joana I	6.014	112.297	45.220	34.120	38.971	577
Ventos de Santa Joana III	6.089	99.750	49.329	18.652	37.858	939
Ventos de Santa Joana IV	6.021	120.779	44.445	16.493	65.862	(2.410)
Ventos de Santa Joana V	6.816	119.716	38.952	17.829	69.751	4.226
Ventos de Santa Joana VII	6.084	123.274	43.670	25.840	59.848	1.801
Ventos de Santo Augusto IV	8.449	120.169	53.466	22.522	52.630	1.326
Total	39.473	695.985	275.082	135.456	324.920	6.459

	31/12/2024					
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Demonstração do resultado
Ventos de Santa Joana I	6.828	115.839	43.885	42.293	36.489	(3.024)
Ventos de Santa Joana III	7.374	104.415	51.002	25.668	35.119	(1.957)
Ventos de Santa Joana IV	6.432	122.913	44.038	25.510	59.797	(5.711)
Ventos de Santa Joana V	6.823	123.533	39.452	27.048	63.856	(6.248)
Ventos de Santa Joana VII	7.001	125.112	44.212	34.904	52.997	(5.729)
Ventos de Santo Augusto IV	7.673	125.591	52.414	30.746	50.104	(2.763)
Total	42.131	717.403	275.003	186.169	298.362	(25.432)

13 Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As controladas reconhecem uma obrigação para desmobilização de ativos (nota explicativa 18 (b)) no período em que elas ocorrem, com contrapartida registrada no respectivo ativo imobilizado.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL, limitado ao prazo de autorização.

Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem possível perda no valor recuperável de seus ativos, a necessidade de realização de teste de *impairment*.

A administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a realização de testes de *impairment* no exercício.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



					Consolidado
	Imobilizado em andamento	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização	Total
Em 01 de janeiro de 2024	1.205	693.714	4.594	1.689	701.202
Adição	32.235	30.715	-	-	62.950
Depreciação	-	(35.575)	(215)	(83)	(35.873)
Baixa imobilizado	-	(24.339)	-	(747)	(25.086)
Baixa depreciação	-	6.894	-	-	6.894
Transferência	(17.791)	17.381	410	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.649	688.790	4.789	859	710.087
Custo	15.649	971.419	7.489	1.655	996.212
Depreciação acumulada	-	(282.629)	(2.700)	(796)	(286.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.649	688.790	4.789	859	710.087
Adição	7.710	20.449	-	445	28.604
Depreciação	-	(37.061)	(217)	(83)	(37.361)
Baixa imobilizado	-	(21.747)	-	-	(21.747)
Baixa depreciação	-	7.389	-	-	7.389
Transferência	(21.016)	21.016	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.343	678.836	4.572	1.221	686.972
Custo	2.343	991.137	7.489	2.100	1.003.069
Depreciação acumulada	-	(312.301)	(2.917)	(879)	(316.097)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.343	678.836	4.572	1.221	686.972
Taxa média anual de depreciação		4%	3%	5%	

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(a) Aquisições

As adições ao imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na substituição de peças e partes dos aerogeradores, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de manufatura.

(b) Bens em garantia

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, o Grupo dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de máquinas, equipamentos e outros.

14 Intangível

Direito de uso de servidão

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, como servidões de passagem. Esses direitos referem-se, em geral, à passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área das usinas do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 30 anos.

	Consolidado	
	Direito de uso de servidão	Total
Em 01 de janeiro de 2024	1.932	1.932
Amortização	(179)	(179)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.753	1.753
Custo	3.326	3.364
Amortização acumulada	(1.573)	(1.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.753	1.753
Amortização	(179)	(179)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.574	1.574
Custo	3.326	3.364
Amortização acumulada	(1.752)	(1.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.574	1.574
Taxa média anual de amortização	5%	

15 Fornecedores

Política contábil

O saldo de fornecedores representa as obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal das atividades do Grupo. Essas obrigações são classificadas como passivos circulantes se o vencimento ocorrer em até doze meses; caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de eventuais custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços	615	28	3.165	1.594
Aquisições de ativos imobilizados	-	-	823	8.376
Custo de transmissão	-	-	710	234
Taxa de fiscalização Aneel	-	-	61	19
	615	28	4.759	10.223

16 Financiamento

Política contábil

O financiamento é reconhecido, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, o financiamento captado é apresentado pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação do e financiamento são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

O financiamento é classificado como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos do financiamento gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos do financiamento são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Financiamento	41.214	40.262
(-) Custo de Captação	(323)	-
	40.891	40.262
Não circulante		
Financiamento	221.643	255.441
(-) Custo de Captação	(716)	(1.446)
	220.927	253.995
Total	261.818	294.257

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Movimentação

	Controladora e Consolidado		
	Financiamento	(-) Custo de captação	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	332.386	(1.932)	330.454
Provisão de juros	25.041	-	25.041
Atualização monetária	2.614	-	2.614
Amortização de custos de emissão de dívida	-	486	486
Liquidação do principal	(39.099)	-	(39.099)
Liquidação dos encargos	(25.239)	-	(25.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	295.703	(1.446)	294.257
Provisão de juros	22.226	-	22.226
Atualização monetária	6.961	-	6.961
Amortização de custos de emissão de dívida	-	407	407
Liquidação do principal	(39.753)	-	(39.753)
Liquidação dos encargos	(22.280)	-	(22.280)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	262.857	(1.039)	261.818

BNDES

Em 30 de novembro de 2015 a Companhia obteve financiamento junto ao BNDES mediante contrato nº 15.2.0428.1, no valor total de R\$ 575.079, a ser pago em 192 parcelas a partir de 15 de julho de 2016, com taxa de juros de 2,18% a.a. (a título de remuneração) acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil sobre o valor principal de R\$ 571.079 e apenas TJLP para parcela do financiamento no montante de R\$ 4.000.

Condições restritivas financeiras (“covenants”)

Para o fechamento de 31 de dezembro de 2024, a Companhia não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) mínimo de 1,20 exigido no contrato de financiamento com o BNDES. No entanto, foi solicitado ao BNDES um *waiver* prévio ao descumprimento desta obrigação, exclusivamente para o ano de 2024, o qual foi aceito e autorizado pelo banco, em 30 de dezembro de 2024, em condição resolutive de eficácia, em caso de não apresentação, de plano de ação, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de emissão da carta, em termos aceitáveis pelo BNDES. No entanto, a Companhia não apresentou o plano de ação dentro do prazo estabelecido, o que gerou a ineficácia do *waiver* oferecido e, conseqüentemente, o inadimplemento do ICSD para o ano de 2024. Novamente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atingiu o ICSD mínimo de 1,20. Ainda assim, foi solicitado ao BNDES um novo *waiver* prévio ao descumprimento desta obrigação, exclusivamente para o ano de 2025, e um *waiver* ao descumprimento para o ano de 2024, os quais ainda estão em análise pelo banco. Entretanto, em 30 de dezembro de 2025, o BNDES apresentou à Companhia carta de abstenção de declaração de vencimento antecipado em virtude de descumprimento de ICSD referente ao ano de 2024 e de eventual descumprimento de ICSD referente ao ano de 2025, permanecendo as dívidas, conforme os seus cronogramas de pagamentos, entre curto e longo prazo, no entanto a Companhia ainda aguarda a apresentação de carta de *waiver* conforme solicitado ao BNDES.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Detalhamento do financiamento

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	31/12/2025	31/12/2024
Chapada II	BNDES / N° 15.2.0428.1 - Subcréditos A e B	Subcrédito A: 440.102 Subcrédito B: 130.978 Total: 571.080	15/06/2032	TJLP + 2,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/06/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (v) Fiança Bancária, até <i>Completion</i> , de 40% do saldo devedor.	260.971	293.581
Chapada II	BNDES / N° 15.2.0428.1 - Subcrédito C	3.500	15/06/2032	TJLP	Mensal	Mensal	15/06/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (v) Fiança Bancária, até <i>Completion</i> , de 40% do saldo devedor.	1.886	2.122
								(-) Custo de captação de Dívidas	(1.039)	(1.446)
									261.818	294.257

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



17 Tributos a pagar

Política contábil

Os tributos a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
ICMS	-	-	123	1.628
IRPJ / CSLL (i)	-	8.153	-	10.562
PIS / COFINS	192	482	1.697	2.121
Tributos retido	6	-	52	61
	198	8.635	1.872	14.372

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante provisionado a título de IRPJ e CSLL foi segregado em rubrica específica no balanço patrimonial.

18 Provisões

Política contábil

As provisões são compostas substancialmente por provisões de ressarcimento, desmobilização e causas judiciais (civil, tributária e regulatória) que são reconhecidas quando:

Caso o Grupo tenha uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;

É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e

O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Provisão para ressarcimento

As Contas Ressarcimentos (nota explicativa 1.5) com a CCEE refletem os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (ou seja, a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam o registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração do Grupo entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	14.104	17.738
Provisão de despacho (ii)	122.387	113.429
	136.491	131.167
Não circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	42.880	20.893
	42.880	20.893
Total	179.371	152.060

(i) A provisão para ressarcimento está apresentada sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 2.303/2019. Os valores reconhecidos encontram-se líquidos dos montantes relacionados a eventos de *curtailment* (cortes de geração), determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, decorrentes de limitações do sistema de transmissão ou requisitos operacionais. Em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022, que revogou a Resolução Normativa nº 927/2021, os volumes de energia não gerados em razão desses eventos foram reconhecidos como redutores da provisão de ressarcimento no exercício.

(ii) O Despacho ANEEL nº 2.303/2019 suspendeu temporariamente os ressarcimentos no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada e da Energia de Reserva, para fins de análise e regulamentação dos eventos de *curtailment* de usinas eólicas. Tal suspensão vigorou até a conclusão da Audiência Pública nº 034/2019, que resultou na edição da Resolução Normativa nº 927/2021, posteriormente substituída pela Resolução Normativa nº 1.030/2022, atualmente vigente.

Tal regulamentação definiu metodologias distintas para apuração da energia não fornecida em decorrência dos eventos de *curtailment*, aplicáveis àqueles ocorridos até setembro de 2021 e àqueles posteriores. A operacionalização dos cálculos e reapurações dos ressarcimentos pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; foi condicionada a ajustes sistêmicos e validações com o ONS, conforme comunicados ao mercado. Em dezembro de 2022, a CCEE divulgou cronograma de reapurações referente ao período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, cujas liquidações tiveram início em junho de 2023.

Já a apuração dos eventos ocorridos de outubro de 2021 em diante, dependia da finalização da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que tratou dos aprimoramentos das Regras de Comercialização em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 927/2021, posteriormente convertida na Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022. Assim, em dezembro de 2024, foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 1.109/2024, que aprovou tais Regras viabilizando, portanto, a continuidade das reapurações para o período.

Em maio de 2025, através do comunicado CO 372/25, novo cronograma para as reapurações referentes ao período de outubro de 2021 em diante foi divulgado, e as liquidações tiveram início em julho de 2025.

No entanto, em decorrência da publicação da Lei 15.269/2025, que expande o volume de eventos de *curtailment* compensáveis ao gerador ocorridos desde 1º de setembro de 2023, anulando limites impostos pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022, novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Movimentação

				Consolidado	
			Passivo circulante	Passivo não circulante	
	Provisão de ressarcimento	Provisão de despacho	Total	Provisão de ressarcimento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	82.575	62.342	144.917	7.408	7.408
Provisão	10.405	19.279	29.684	20.894	20.894
Pagamento	-	(54.266)	(54.266)	-	-
Atualização financeira	-	3.423	3.423	-	-
Transferência	(75.242)	82.651	7.409	(7.409)	(7.409)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.738	113.429	131.167	20.893	20.893
Provisão	13.813	-	13.813	21.716	21.716
Pagamento	-	(13.460)	(13.460)	-	-
Atualização financeira	-	5.242	5.242	-	-
Transferência	(17.447)	17.176	(271)	271	271
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14.104	122.387	136.491	42.880	42.880

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(b) Provisão para desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente para condições ecologicamente similares às existentes antes do início do projeto ou atividade, ou de realizar medidas compensatórias acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade de retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental.

As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e a mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. O laudo, efetuado em 2023, considera as obrigações de desmobilização existentes em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,50% ao ano em 2025 (3,90% em 2024) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto Nota do Tesouro Nacional – Série B (“NTN-B”) mais IPCA de 10,66% ao ano em 2025 (11,36% em 2024) ao ano.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante		
Desmobilização	7.182	6.050
Total	7.182	6.050

Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	6.050	6.159
Adição, (reversão) de AVP	445	(747)
Atualização financeira	687	638
	7.182	6.050

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(c) Provisão para causas judiciais

O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação; essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(i) Contingências prováveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, consta R\$978 (Em 31 de dezembro de 2024 não havia saldo) referente processos com probabilidade de perda avaliada como provável nas quais o Grupo esteja envolvido.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(ii) Depósitos judiciais ativos demonstrados como segue:

O Grupo possui depósitos judiciais referente às questões em andamento conforme apresentado a seguir:

Controladas							Consolidado	
				31/12/2025			31/12/2025	
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total	Cíveis	Tributários	Total	
Ventos de Santa Joana I	-	-	25	25	-	20	20	
Ventos de Santa Joana III	-	-	37	37	-	28	28	
Ventos de Santa Joana IV	-	26	37	63	23	28	51	
Ventos de Santa Joana V	8	87	4	99	6	4	10	
Ventos de Santa Joana VII	2	21	4	27	-	4	4	
Ventos de Santo Augusto IV	7	85	5	97	1	4	5	
	17	219	112	348	30	88	118	

(iii) Composição causas possíveis

Controladas					Consolidado			
	31/12/2025				31/12/2024			
	Regulatório	Cíveis	Tributários	Total	Ambientais	Cíveis	Tributários	Total
Ventos de Santa Joana I	179	280	-	459	-	4.356	32	4.388
Ventos de Santa Joana III	179	-	364	543	-	4.261	32	4.293
Ventos de Santa Joana IV	179	-	-	179	-	2.473	32	2.505
Ventos de Santa Joana V	179	-	-	179	9	4.347	32	4.388
Ventos de Santa Joana VII	179	-	-	179	-	4.345	32	4.377
Ventos de Santo Augusto IV	179	-	-	179	2.074	4.263	32	6.369
	1.074	280	364	1.718	2.083	24.045	192	26.320

19 Liminar excludente de responsabilidade

Política contábil

Conforme determinou a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deveriam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, o Grupo através de seus consultores externos, entrou com o processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizada em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excludentes de responsabilidade do Grupo pelos fatores que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como: embargo ilegal realizado por órgão ambiental incompetente – ICM-Bio; queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas do Grupo.

As contas a pagar foram calculadas com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o período pré-operacional dos parques, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. As contas a pagar estão reconhecidas no passivo circulante pelo fato da liminar se tratar de uma tutela provisória que pode ser revogada a qualquer momento em caso de sentença desfavorável ao Grupo.

Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica à época das limitares e atualizados mensalmente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Liminar excludente de responsabilidade	27.429	26.711
	27.429	26.711

Movimentação

	Consolidado	
	Liminar excludente de responsabilidade	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	24.841	24.841
Atualização financeira	1.870	1.870
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.711	26.711
Atualização financeira	718	718
Saldos em 31 de dezembro de 2025	27.429	27.429

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



20 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 538.617 correspondente a 538.617.344 ações totalmente subscritas e integralizadas conforme assembleia geral extraordinária realizada de 12 de setembro de 2024.

A Companhia não possui ações autorizadas. Abaixo segue a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	%	Controladora e Consolidado	
		31 de dezembro de 2025 e 2024	
		Quantidade de ações	Capital social integralizado
Chapada Branca	100%	538.617.344	538.617
		538.617.344	538.617

21 Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita com contrato de energia (CCEAR)	758.616	188.259	758.616	179.569
(-) Provisão de ressarcimento		(35.529)		(31.299)
Receita bruta mercado regulado		152.730		148.270
Venda de energia no mercado bilateral	2.652	215	-	-
Venda de energia partes relacionadas	3.464	1.590	-	-
Compensação CCEE	-	160	-	2.087
Receita bruta mercado livre		1.965		2.087
Total receita bruta		154.695		150.357
(-) Impostos sobre vendas		(5.643)		(5.487)
(-) TFSEE		(747)		(706)
		148.305		144.164

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



22 Custo do serviço de energia elétrica

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda (i)	(1.951)	(2.164)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(8.580)	(8.198)
Custo de operação (a)	(73.465)	(67.167)
	(83.996)	(77.529)

(i) A compra de energia está relacionada a duas operações: (a) necessidade compra de lastro para cobertura da redução de garantia física das usinas do complexo; (b) recomposição do lastro da média móvel de 12 meses.

(a) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(3.337)	(2.399)
Operação e Manutenções (i)	(21.294)	(2.815)
Materiais, serviços de terceiros e outros (i)	(5.512)	(25.877)
Gestão ambiental (ii)	(446)	-
Aluguel (iii)	(2.787)	-
Seguro (iv)	(1.730)	(24)
Taxas de licenças, permissões e associações (ii)	(136)	-
Água, luz, esgoto e telecomunicação (ii)	(215)	-
Despesas tributárias (ii)	(351)	-
Viagens (iii)	(84)	-
Depreciações e amortizações	(37.539)	(36.052)
Outras despesas (iii)	(34)	-
	(73.465)	(67.167)

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Operações e manutenções e Materiais, serviços de terceiros e outros ficou apresentado invertido.

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de Taxas de licenças, permissões e associações, Água, luz, esgoto e telecomunicação, Despesas tributárias e Gestão ambiental foram apresentadas em conjunto com a rubrica de Materiais, serviços de terceiros e outros.

(iii) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de Aluguel, Viagem e Outras despesas foram apresentadas em conjunto com a rubrica de Operação e Manutenções.

(iv) Em 31 de dezembro de 2024, os gastos com Seguros eram contabilizados como despesas.

23 Despesas gerais e administrativas e Outros ganhos e (perdas), líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(160)	(209)	(1.481)	(2.911)
Materiais, manutenção e Veículos (i)	(1)	-	(23)	-
Aluguéis	-	-	(34)	3
Seguros	-	-	(2)	(2.195)
Água, luz, esgoto e telecomunicação	-	-	(9)	(74)
Viagens	-	-	(106)	(145)
Despesas tributárias	-	(127)	(22)	(425)
Pessoal (ii)	-	-	(2.417)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(34)	395	(1.064)
Provisão contingências	-	-	(777)	-
Taxas de licenças, permissões e associações	(45)	-	(485)	-
Despesas compartilhadas (iii)	-	-	-	(4.032)
Outros ganhos e (perdas), líquidos (iv)	-	-	-	(15.865)
Perda na baixa do imobilizado (v)	-	-	(14.358)	-
Outros ganhos (v)	-	-	1.395	-
	(206)	(370)	(17.924)	(26.708)

(i) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas Materiais, manutenção e veículos; Taxas de licenças permissões e associações; e Provisão contingências foram apresentadas em conjunto com a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Pessoal foi apresentada em conjunto com a rubrica de Despesas compartilhadas.

(iii) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Despesas compartilhadas era apresentada pelo valor total consolidado das despesas compartilhadas. Já em 31 de dezembro de 2025, essas despesas passaram a ser apresentadas de forma detalhada, com contabilização segregada por rubrica de despesa ou por custo, conforme aplicável.

(iv) Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica Outros ganhos e (perdas) foi apresentada fechada.

(v) A soma destas duas rubricas corresponde a rubrica Outros ganhos e (perdas). Líquidos da DRE.

As baixas de imobilizado referem-se à campanha de manutenção da Companhia, na qual são realizadas substituições de grandes componentes dos aerogeradores.

24 Resultado financeiro

Política contábil

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras são reconhecidas com base na taxa de juros pactuada contratualmente. Os juros são apropriados ao valor dos ativos financeiros, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre contas a receber vencidas são reconhecidas pelo critério *pro rata temporis*, utilizando-se a taxa de juros prevista em contrato. Tais encargos são incorporados ao saldo das contas a receber, com registro em receitas financeiras.

As despesas financeiras relativas a debêntures e financiamento são reconhecidas com base nas taxas de juros contratuais, observando-se o regime de competência.

Não foram efetuadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	16.440	6.704	17.230	8.318
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.141)	(2.953)	(2.141)	(2.953)
Juros sobre cessão de recebíveis	29.593	56.683	-	-
Variações cambiais	-	-	-	610
Outras receitas financeiras	14	126	221	250
	43.906	60.560	15.310	6.225
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamento	(22.226)	(25.041)	(22.226)	(25.041)
Atualização monetária sobre financiamento	(6.961)	(2.614)	(6.961)	(2.614)
Amortização de custos de emissão de dívida	(407)	(486)	(407)	(486)
Comissões bancárias	(2.224)	(4.237)	(2.420)	(4.432)
Multas, juros, tarifas e taxas	(16)	-	(38)	-
Atualização financeira de desmobilização	-	-	(687)	(638)
Atualização financeira de ressarcimento (i)	-	-	(5.055)	(3.293)
Atualização financeira de liminar excludente de responsabilidade	-	-	(718)	(1.870)
Outras despesas financeiras	(1.166)	(632)	(1.194)	(769)
	(33.000)	(33.010)	(39.706)	(39.143)
Resultado financeiro	10.906	27.550	(24.396)	(32.918)

(i) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS.

25 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos ativo nas controladas são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada do Grupo. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos de comercialização de energia.

Os tributos diferidos passivos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste último regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.159	1.748	21.989	7.009
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	(5.834)	(594)	(7.476)	(2.383)
Despesas permanentes não dedutíveis	22	39	22	39
Resultado de equivalência patrimonial	2.196	(8.647)	-	-
Utilização de prejuízos fiscais		1.025		1.025
Redutor adicional de 10%	24	24	24	24
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-	(992)	(12.119)
Encargo fiscal	(3.592)	(8.153)	(8.422)	(13.414)
Corrente	(3.592)	(8.153)	(9.253)	(12.811)
Diferido	-	-	831	(603)
Despesa de IRPJ e CSLL	(3.592)	(8.153)	(8.422)	(13.414)

26 Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído atribuível por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido / prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. O Grupo não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações nem instrumentos financeiros ou contratos que possam resultar na emissão de ações ordinárias como debêntures conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações, planos de remuneração baseada em ações ou ações ordinárias potenciais. Dessa forma, não houve diluição no exercício e, portanto, o resultado por ação diluído é idêntico ao resultado por ação básico.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da companhia	13.567	(6.405)
Quantidade média ponderada de ações	538.617	448.862
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	0,03	(0,01)

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



27 Compromissos

				Consolidado
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento (i)	893	2.236	8.341	11.470
Contrato de manutenção (ii)	7.981	33.687	40.010	81.678
Contrato de transmissão (iii)	9.108	50.436	58.469	118.013
	17.982	86.359	106.820	211.161

(i) Arrendamento de terrenos

Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos.

Os contratos de arrendamento de terrenos preveem pagamentos integralmente variáveis, vinculados ao faturamento das controladas. Dessa forma, conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16, esses contratos não compõem a mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, sendo reconhecidos diretamente no resultado do exercício à medida que são incorridos.

(ii) Contrato de manutenção

Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor de serviços e equipamentos de cada parque eólico para manutenção.

(iii) Contrato de transmissão

São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico.

28 Atividade de investimento não envolvendo caixa

A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos do Grupo.

De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

Principal transação que não afeta o caixa	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo	823	8.376
Em atividades de investimentos	823	8.376

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de lucros cessantes, responsabilidade civil.

30 Eventos subsequentes

Em 30 de março de 2026, a Companhia recebeu formalmente os *waivers* do BNDES referentes aos descumprimentos de 2024 e 2025. Dessa forma, as dívidas permanecem classificadas entre curto e longo prazo, conforme os respectivos cronogramas de pagamento originais.

* * *

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Cristiano Soares Pavane

Contador

CRC 1SP271178/O-8